



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**11/08/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	1
1.2. VARA CRIMINAL.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
2.2. VARA CRIMINAL.....	4 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ESMAM.....	8
3.2. VARA DA MULHER.....	9
4. JORNAL ITAQUI BACANGA	
4.1. DECISÕES.....	10 - 11
4.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12 - 13
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. PRECATÓRIOS.....	14
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	15 - 19
6.2. EVENTOS.....	20
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	21 - 22
6.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	23
6.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	24
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CORREGEDOR (A).....	25 - 26
7.2. DECISÕES.....	27 - 29
7.3. DESEMBARGADOR.....	30
7.4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	31
7.5. PRECATÓRIOS.....	32

# UMF faz reavaliação de prisões provisórias

Mais uma etapa da revisão da legalidade e manutenção das prisões provisórias e dos regimes de cumprimento de pena das prisões definitivas no Maranhão foi concluída pelo Mutirão Permanente de Presos Provisórios com mais de 100 dias, coordenado pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A força-tarefa visa analisar os processos de presos provisórios com excesso de prazo no Estado, para decidir quanto à manutenção ou não da prisão – além da aplicação de medidas cautelares.

A medida atende à Resolução nº 89/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institucionalizou o mecanismo de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas das medidas de segurança.

O mutirão alcançou 155 varas criminais de 102 comarcas do Estado. A ação consiste em verificar se o detento tem condições de responder ao processo em liberdade, se já passou por interrogatório e se já houve audiência. O detalhamento estatístico completo do mutirão está em fase de pro-

cessamento na Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF).

O coordenador-geral da Unidade, desembargador Froz Sobrinho, afirmou que a intenção do Poder Judiciário com o mutirão é acelerar os processos dos presos provisórios.

Para o magistrado, quem está preso provisoriamente precisa ser julgado pelo crime que cometeu e receber a pena devida, sendo esta medida uma garantia constitucional, tendo em vista que há situações em que o interno já cumpriu toda a pena, mesmo antes de ser julgado.

ITAPECURU MIRIM - Paralelamente a ação dos 100 dias, ocorreu na Comarca de Itapecuru Mirim, entre os dias 3 e 8 deste mês, o mutirão do Grupo de Análise de Presos Provisórios (GAPP), onde foram analisados os processos dos presos provisórios (excesso de prazo, aplicação de medidas cautelares) e definitivos (recebimento de guias, decisões para progressão de regime), observando as garantias do devido processo legal.

# Acusados de homicídio são condenados em júris

Em júri promovido pela Comarca de Estreito na última terça-feira, 09, o acusado Renis Pereira da Silva Feitosa foi condenado a 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão pelo homicídio de João Pereira da Silva, conhecido como João do Zuza. Outro denunciado pelo homicídio, João Alves Feitosa (pai de Renis), foi absolvido - o Conselho de Sentença reconheceu a materialidade do delito, mas admitiu a tese de negativa de autoria, absolvendo-o. A pena deve ser cumprida inicialmente

em regime semiaberto. Presidiu o julgamento o juiz Frederico da Silva Feitosa, titular da Comarca.

De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 02 de fevereiro de 2014, por volta das 18h, no Povoado Corjan. Ainda de acordo com a denúncia, Renis, na companhia de um adolescente, encontrava-se em um bar onde também estava a vítima quando teve início uma discussão por causa da reclamação de João Pereira a cerca de uma porca que estaria amarrada em frente à casa do mesmo.

Relata a denúncia que na ocasião a vítima afirmou que “o pai de Renis era contumaz na prática de ilícitos de subtração da coisa alheia e que tal conduta era de conhecimento geral”. Irado com a declaração, Renis teria se deslocado até em casa em uma motocicleta, afirmando que iria retornar “para acertar as contas com a vítima”. Ameaçado, ‘João do Zuza’ teria ido a pé em direção a sua residência.

Armado com uma espingarda, Renis, acompanhado do pai

e do adolescente com quem bebera no bar, teria ido até a casa da vítima. Percebendo a intenção dos acusados, João da Zuza teria disparado em direção aos mesmos, quando foi atingido no ombro por um tiro disparado pelo adolescente.

Em seguida, Renis disparou contra a vítima, atingindo-a duas vezes no braço. Cerca de 20 minutos depois, o acusado voltou a disparar contra João da Zuza, iniciando após golpes de facão na região da face da vítima.

## ► DIAS DOS PAIS

# Justiça autoriza saída temporária de 446 detentos

A justiça autorizou a saída temporária de 446 detentos do sistema prisional de São Luís para o Dia dos Pais. A saída deve ocorrer hoje quarta-feira (10) a partir das 10h. A autorização foi da juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais – VEP. O beneficiados pela saída temporária devem [...]

A autorização foi da juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais

– VEP.

O beneficiados pela saída temporária devem assinar um termo de compromisso onde se comprometem a não frequentar bares, casas noturnas e similares, recolher-se à residência até as 20h e não portar armas.

O retorno dos detentos deve ocorrer até as 18h do próximo dia 16. (Jornal Pequeno)

# Assassino da esposa é condenado a 19 anos e 3 meses de prisão

*André dos Santos que não compareceu ao julgamento, matou a enfermeira Ozeana dos Santos Ribeiro a tiros de pistola. Crime aconteceu em dezembro de 2011. >> Pág. 11*



# Marido que matou a esposa é sentenciado a 19 anos e 3 meses de prisão

*Enfermeira foi morta a tiros de pistola. Crime aconteceu em dezembro de 2011*

---



Divulgação

***André dos Santos não compareceu ao julgamento.***

### *Antônio Pinheiro*

**D**epois de 12 horas e 15 minutos de sessão, foi encerrado o julgamento de André Pereira da Costa. Ele que em 24 de dezembro de 2011 assassinou a esposa, a atendente de enfermagem Ozeana dos Santos Ribeiro. A sessão do Júri aconteceu ontem (09) no Fórum Henrique de La Roque, localizado na rua Rui Barbosa, Centro de Imperatriz.

O corpo de jurados era formado por quatro homens e três mulheres, e o julgamento foi presidido pela juíza Ana Lucrecia. O acusado teve como defesa a advogada Helena Amorim e a acusação foi exercida pelo Promotor de Justiça, Carlos Rocha. No final do julgamento André dos Santos Ribeiro foi sentenciado a 19 anos e 3 meses de reclusão em regime fechado e deve pagar uma indenização de dois salários mínimos a família de Ozeana, de acordo com o artigo 121, parágrafo 2, inciso 4 do Código penal.

André dos Santos que se encontra em liberdade e agora provavelmente não compareceu ao julgamento. Do lado esquerdo estavam o pai de André e o irmão, do outro lado estavam familiares de Ozeana. A vítima trabalhava como enfermeira e foi morta dentro de casa com disparos de pistola. Na época do crime André informou a polícia que



Divulgação

**Ozeana dos Santos Ribeiro.**

tinha sido um assalto, mas chegou a ser preso, porém teve a prisão relaxada.

O Tribunal do Júri Popular volta a se reunir dia 12 de Agosto, e quem senta no banco do réus é Pedro da Conceição Silva Filho, ele será julgado pelo morte de Antônio Cezar Sousa Fernandes.

## **Capacitações**

Abertas, via Escola Superior da Magistratura do Maranhão, as inscrições para capacitações destinadas aos servidores do Judiciário. As vagas podem ser preenchidas por meio do sistema Tutor, na plataforma Sentinela, no portal do Tribunal de Justiça.

De acordo com o calendário, os servidores da comarca de Bacabal podem se inscrever, até 12 de agosto, no curso “Lei Maria da Penha: os desafios da prestação jurisdicional especializada”. A formação acontecerá entre os dias 24 e 26 de agosto.

Para os servidores da comarca de Caxias, ainda estão abertas as inscrições do curso “Conciliadores e Mediadores”, até o dia 9 de agosto. A formação será realizada de 29 de agosto a 2 de setembro.

## Lei Maria da Penha

O Brasil está comemorando, neste mês, os dez anos da Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A norma moldou um conjunto de soluções que ajudam as mulheres a reconhecer a situação de violência, denunciar e exigir a punição do agressor. Uma das mudanças que a legislação buscou promover foi a mentalidade, ainda não totalmente superada, de que a violência dentro de casa só diz respeito ao casal ou à família. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 teve o mérito de trazer a questão para a esfera pública.



O deputado federal e ex governador, José Reinaldo Tavares escreve aos domingos para o jornal Itaqui-Bacanga

## REFORMAS INADIÁVEIS

Estamos sendo convocados pelo presidente da Câmara para votar projetos muito importantes para o equilíbrio financeiro do país. O primeiro deles, já em regime de urgência, é o PLC 257/2016 que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal. Deve ser votada hoje, terça feira.

Esse projeto foi mandado ainda no governo Dilma e adotado pelo governo Temer. É muito importante e só o Maranhão deve economizar mais de 300 milhões de reais por ano, em média até 2018. Dentro do projeto de Lei Complementar estão propostas alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, muito duras, que podem criar grandes problemas para o Ministério Público Estadual, para o Tribunal de Justiça, para a Defensoria e para o Tribunal de Contas. Apertam os limites de despesa dessas instituições que já vinham apertadas.

O Procurador de Justiça do Estado Dr. Gonzaga convidou os chefes dessas instituições para debater em reunião, ontem na sede da Procuradoria, juntos com os deputados federais. Lá estivemos eu, Castelo e Rubem Junior. O momento é muito difícil porque estamos em pleno período das Convenções Partidárias que escolherão os candidatos a prefeitos e vereadores além da convocação da Câmara.

Concordamos todos que a mediada é excessiva e devemos votar, nesse aspecto, por um substitutivo do deputado Esperidião Amim.

Uma reforma muito importante deverá ser enviada em setembro, a da Previdência. Do jeito que está é insustentável e deverá mexer com muitas corporações. A votação será muito dura e difícil. Mas a alternativa é aumentar impostos em 10% do PIB o que é impossível de ser aceito pela população, já tão onerada. A Previdência do modo como está produz um déficit anual que já chega perto dos 170 bilhões de reais. Não tem como financiar um rombo desses.

Vamos esperar a proposta do governo para analisar, mas não há como não enfrentar esse problema.

Nesse final de semana estive na maior convenção partidária que já participei. Foi gigantesca, mais de vinte mil pessoas, foi em Timon, do meu partido o PSB, e homologou a candidatura à reeleição de Luciano Leitoa que vem fazendo um trabalho extraordinário, com a ajuda do governador Flávio Dino que também participou. Depois estive em Santa Filomena, apoiando a candidatura de Idam, em Tuntum na Convenção de Tema que certamente será reeleito pelo excelente trabalho que desenvolve, a tempos no município. E ainda fui almoçar domingo em Grajaú com o Marinaldo, nosso candidato a prefeito.

Esse chamado da Câmara vai me impedir de estar presente em algumas convenções importantes para mim, durante a semana. Me desculpem amigos.

O Ministério da Educação entrou de vez no projeto do ITA no nosso estado, apoio imprescindível para o projeto. Neste mês, possivelmente no dia 12, estaremos todos reunidos na UFMA com os representantes do DCTA da Aeronáutica, do Reitor do ITA, do representante do Ministério da Educação, parlamentares, professores. Uma reunião muito importante para o projeto que é apoiado por toda a bancada do Maranhão.

Esse é um projeto fundamental para o futuro do nosso estado, e felizmente tenho encontrado todo apoio no governo do presidente Temer.

## **Corpo de homem desaparecido é achado no Maracaçã**



**Vítima, que era funcionária da loja maçônica do Turu, foi morta a facadas e enterrada em cova rasa; crime estaria relacionado a um caso amoroso envolvendo duas mulheres. Polícia 15**

# Corpo de homem desaparecido em março é achado na Ribeira

O corpo do caseiro da loja maçônica do Turu, Lourêncio Gomes dos Santos Júnior, de 30 anos, foi encontrado na tarde desta quarta-feira (03) enterrado em uma cova de aproximadamente um metro de profundidade, localizada na área de matagal da Ribeira, região do Maracanã. A polícia informou que ele tinha desaparecido do bairro Vinhais desde o dia 2 de março deste ano e ainda teve o seu veículo Fiesta azul, de placas JUO-2450, roubado. Até o momento, três envolvidos no crime - Wagner Martins Moraes, Débora de Jesus Sardinha dos Santos e Diego Martins dos Santos - foram presos. Ainda falta capturar uma mulher, identificada apenas como Sílvia.

Os pés e as mãos da vítima estavam amarrados com uma corda e dentro da cova havia pedaços de roupa.

## Investigação

Marcos Affonso Júnior disse que a polícia foi informa-



**Bombeiros trabalham para desenterrar o corpo de Lourêncio Gomes dos Santos em uma área na Ribeira**

da de que a vítima tinha tido um relacionamento amoroso com Débora Sardinha e com Sílvia por cerca de dois anos.

No momento, elas duas estavam mantendo uma relação matrimonial com Wagner Moraes. Inclusive, os três envolvidos estavam morando em uma casa, na área do Maracanã.

No dia do crime, Sílvia teria ligado para a vítima e pediu para ir até a sua casa, no Maracanã. No local, ela, em companhia



de Wagner Moraes, renderam Lourêncio Júnior e o levaram até a área de matagal da Ribeira, onde já estava Diego Martins, que é primo de Wagner Moraes.

Ainda segundo o delegado, Diego Martins recebeu R\$ 200,00 para cavar a cova onde a vítima seria enterrada. Nessa área de mata, os criminosos teriam agredido fisicamente a vítima e a mataram a golpes de faca.

“Diego Martins disse que desferiram três golpes de faca na víti-

ma no meio do matagal e depois a sepultaram”, afirmou o delegado.

Wagner Moraes, que é ex-presidiário pelo crime de latrocínio e no momento está respondendo em regime de liberdade, foi preso na manhã de quarta-feira no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em companhia de Débora Sardinha. Diego Martins foi detido em sua casa, em uma invasão na área da Ribeira, onde os policiais encontraram uma arma de fogo.

# Governo participa da abertura de Congresso Ibero-Americano

O Governo do Estado, por meio do Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, participou da solenidade de abertura, na noite de terça-feira (09), do IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, em São Luís. O evento, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (seccional Maranhão), prossegue até esta quinta-feira (11), e faz parte da programação do Dia do Advogado (11 de agosto).

Integrante da mesa de abertura do Congresso, Rodrigo Maia ressaltou a importância da advocacia para a manutenção do estado democrático de direito e, também, para a realização de iniciativas como o Congresso, que incentivam a qualificação do profissional. "É importante a atuação do advogado para que as garantias constitucionais sejam asseguradas", enfatizou.

Com o tema "Democracia, Justiça e o Código de Processo Civil: Os Desafios da Pós-modernidade no Contexto Ibero-Americano", o Congresso foi aberto com a presença de diversas autoridades. A palestra magna de abertura, "Os impactos da reforma do Código de Processo Civil para a Advocacia", foi proferida pelo desembargador Paulo Velten, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP. Um grande público lotou um dos salões do Hotel Luzeiros para participar da atividade.

A OAB-MA organizou uma programação variada em comemoração ao mês do advogado, direcionada para a qualificação, valorização e entretenimento do advogado por meio de suas diversas comissões e de suas Subseções. Entre as ações destaque para o Congresso Ibero-Americano de Direitos Humana-

nos Advocacia, uma campanha de doação de sangue, orientação sobre a Lei Maria da Penha, entre outras atividades.

**DIÁLOGO**-AOAB-MA e o Governo do Estado estão mantendo o diálogo para tratar de questões relacionadas aos advogados, entre as quais, a questão dos precatórios e também o pagamento dos advogados dativos. Várias reuniões já foram realizadas e a PGE apresentou os principais entraves para liberação do pagamento dos advogados dativos, com destaque para a falta de uma certidão negativa comprovando que o crédito decorrente dos honorários dos advogados não está sendo objetos de uma execução na esfera judicial, já que existe uma dificuldade muito grande em obter esta informação junto ao Poder Judiciário.

"O Estado tem interesse em efetuar este pagamento, em vir-

tude do compromisso firmado pelo Governador do Estado junto ao presidente do Conselho Federal da Ordem, Claudio Lamachia. Não queremos chegar ao fim do ano sem uma solução para este problema", afirmou Rodrigo Maia.

"Fico satisfeito em constatar o interesse do Governo do Estado em dar prosseguimento a esse tema de conteúdo relevante e de interesse, não só da Advocacia, mas, também, de toda sociedade", disse o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz. Ele ressaltou a importância na divulgação pelo Governo dos pagamentos efetuados. "É relevante que o Governo divulgue os números dos pagamentos de precatórios e advogados dativos. Mostrar à advocacia e ao cidadão que esses pagamentos estão andando, implicará em tranquilidade a todos", ressaltou.



*Sem mim, os servidores ficaram sem salários...*



*Tenho prova da minha inocência...*



*Só quero cumprir meu mandato...*

**EXCLUSIVO:** Em entrevista, prefeita fala da vida como ré, da prisão e da volta ao poder

# MP pede afastamento de Lidiane da prefeitura

A volta de Lidiane Leite à Prefeitura de Bom Jardim pode ter vida curta, pois o promotor da comarca pediu, novamente, a saída dela do cargo. Expectativa é que a Justiça aprecie pedido ainda hoje

PÁGINA TRÊS

# “Quero apenas cumprir meu mandato”, diz Lidiane Leite

Volta da prefeita coloca a Câmara Municipal de Bom Jardim e o Ministério Público em rota de colisão



O sentimento que tenho é que fui injustiçada. Não me deixaram fazer minha defesa. Tive meu direito de defesa negado

**Lidiane Leite**

JOÃO CARVALHO JR.  
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

**G**ripada, rouca, mas com vontade de trabalhar. Assim se disse Lidiane Leite da Silva (DEM), em entrevista a **O Imparcial**. No primeiro dia da volta ao comando do município de Bom Jardim (distante 275 quilômetros de São Luís), a prefeita disse que tinha muito trabalho por fazer, boa parte originada pela falta de governança da sua antecessora, Malrinete Galhada (PMDB).

Segundo Lidiane, o seu estado de saúde não anda bem devido à obras de pavimentação que foram iniciadas pela antiga gestora, mas que estão sendo feitas em ritmo muito lento – algumas até paradas. “É muito poeira na cidade, por conta de uma pavimentação que havia sido autorizada por mim

no final do ano passado, mas que a minha antecessora não desenvolveu como devia”.

Lidiane diz que os hospitais da cidade estão quase parados. “Não tem medicação, os hospitais estão sem médicos. As pessoas encontram dificuldades para receber um atendimento”, lamenta a prefeita, afirmando que a antecessora não fazia sequer o repasse de verbas para a Câmara Municipal efetuar o pagamento dos servidores.

## Concluir mandato

Lidiane Leite disse que, nessa volta, quer apenas concluir o mandato dela – que ainda tem 4 meses e 21 dias. Diz que, depois do dia 31 de dezembro, pretende viver a vida tranquilamente, sem se preocupar mais com política. “As pessoas estão pedindo para eu disputar as eleições. Mas eu não vou. Quero apenas concluir meu mandato. Não tenho sequer candidato. Eu, Lidiane, não estou apoiando ninguém. Não quero interferir politicamente em nada. Vou apenas concluir o restante do mandato que me resta. A prefeita se diz injustiçada por tudo que falaram e publicaram sobre ela, palavras que mexeram com toda a família. “O sentimento que tenho é que fui injustiçada. Não me deixaram fazer minha defesa. Tive meu direito de defesa negado. Circulou muitas coisas que não existem, que falaram sobre mim, e isso atingiu minha família. Meu filho até hoje tem acompanhamento psicológico”.

## MPE pede novo afastamento

O Ministério Público Estadual ingressou na Justiça com novo pedido de afastamento da prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite (DEM). A informação foi confirmada pela assessoria do MPE. Lidiane está de volta ao comando do município desde a última terça-feira (9), após ser reempossada em cerimônia na Câmara Municipal local. Esta será a segunda vez que o Ministério Público tenta o afastamento da prefeita. Na primeira oportunidade, houve ‘perda de objeto’ por decisão antecipada dos vereadores.

## Personagens da história

Em torno da volta de Lidiane, estão decisões políticas e jurídicas. Três personagens chamam atenção: o presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim, vereador Arão Silva (PRP); o juiz federal José Magno Linhares Moraes e o promotor Fábio Santos de Oliveira. O juiz federal Magno Linhares, que autorizou Lidiane a ter acesso às dependências da prefeitura e de secretarias, já explicou que não tem nada a ver com a recondução dela ao poder. "Foi a Câmara Municipal de Bom Jardim que revogou decreto anterior que havia declarado a perda do cargo da ex-prefeita Lidiane Leite da Silva", disse o magistrado, justificando que não tem poderes para tomar tal decisão. "A 2ª Vara Federal Criminal não tem competência para decidir sobre matéria cível concernente ao retorno da ex-prefeita ao cargo".



Foi a Câmara Municipal de Bom Jardim que revogou decreto anterior que havia declarado a perda do cargo da ex-prefeita Lidiane Leite da Silva

**Magno Linhares,**  
juiz federal



**Promotor Fábio Santos de Oliveira**



**Vereador Arão Silva**

## Câmara vs MPE

Por trás do episódio, estão outros dois órgãos: Câmara Municipal de Bom Jardim e Ministério Público. A volta de Lidiane foi obra do Legislativo Municipal. De acordo com o presidente da Câmara, vereador Arão Silva (PRP), os vereadores reviram uma decisão tomada erradamente, por conta de pressões do promotor local. Arão Silva diz que Lidiane foi afastada do cargo de forma irregular por conta de uma recomendação do Ministério Público, que, até certo ponto, foi pressão.

"Não foi dado o direito de defesa à Lidiane. Eu fui procurado pelo promotor, que disse que eu deveria assinar a ordem de afastamento da prefeita, pois, caso não fizesse, eu poderia me complicar com a justiça", disse Arão Silva. A decisão de afastar Lidiane Leite foi tomada de forma monocrática, sendo assinada apenas pelo presidente da Câmara. O Ministério Público tem outra versão. Segundo a assessoria de comunicação (o promotor não quis se pronunciar nesse momento), o que houve foi uma decisão única e exclusiva da Câmara, que acabou por invalidar um pedido que o promotor havia feito, à justiça, de afastamento de Lidiane da prefeitura. "O promotor havia solicitado à justiça o afastamento da prefeita, mas como a Câmara Municipal fez isso antes, houve o que na linguagem jurídica se chama de perda de objeto", disse a assessoria. Com a volta de Lidiane Leite, o Ministério Público pediu reconsideração do pedido de afastamento dela. "O promotor de entrada com um novo pedido de afastamento da prefeita e há a expectativa de que nesta quinta-feira seja dado um parecer sobre o caso".

## QUATRO PERGUNTAS// LIDIANE LEITE

### 1 O Imparcial – Como se sente voltando à prefeitura? Quais as prioridades em pouco tempo que resta do mandato?

Eu encontrei a prefeitura com várias contas em atraso. Os servidores passaram quatro meses sem receber os salários. Muitas empresas conveniadas com a prefeitura ameaçaram cancelar os contratos por falta de pagamento. Estou com muito trabalho, organizando todo o caos em que se encontra a Prefeitura de Bom Jardim. Minha prioridade é justamente regularizar os recursos humanos. Regularizar o pagamento dos funcionários e das empresas que prestam serviços para a prefeitura. Estou escolhendo e nomeando todos os secretários. Quero que sejam pessoas experientes e de confiança, mas a grande maioria das pessoas que eu gostaria que assumissem alguma pasta, estão disputando as eleições, o que me impede de tê-las na gestão. Outra grande prioridade é retomar as obras que deixei e que foram abandonadas. Foram inaugurados nove postos de saúde que eu construí. Ainda tem mais cinco que teve as obras iniciadas e abandonadas.

### 2 O que a senhora fez durante esse período afastado da prefeitura?

Eu estava me preparando para fazer vestibular. Mas prefiro não comentar muito sobre esse assunto.

### 4 A senhora acompanhava todas as notícias que saíam a seu respeito? O que sentia?

Na verdade, eu tenho um filho de nove anos. Tivemos todo o cuidado para deixá-lo o mais longe de todos os comentários do caso. Tiramos a televisão da sala para ele não assistir nada sobre isso. Foi uma coisa muito traumática. Eu tive que proteger meu filho dessa situação constrangedora. Dentro de casa eu andava de calça, justamente, para ele não ver a tornozeleira que tive que usar. Foi uma situação ridícula. Eu nunca ostentei nada. As festas que fui, foram em praças públicas. Foram visitas que eu fiz, durante o período junino, à prefeitos amigos de outras cidades. Sobre a foto do jet ski, como vou ostentar com uma coisa que não é minha? Eu estou confiante, pois a verdade sempre aparece. Minha preocupação foi com quem estava ao meu redor. Eles conhecem minha conduta. Foi uma situação traumática sim, mas superei.

### 3 E sobre o seu afastamento?

Meu afastamento foi um erro jurídico do presidente da Câmara dos Vereadores de Bom Jardim [Arão Silva (PRP)]. Assim que saí da cadeia, era para minha equipe jurídica ter entrado com medidas para que eu voltasse à prefeitura.

Estou sendo investigada e tenho provas da minha inocência, é tanto que assim que fiz o pedido para voltar a entrar nos órgãos públicos, eu fui atendida. A posse poderia acontecer em qualquer lugar público, uma praça por exemplo. Mas eu queria ser reempossada no plenário da Câmara, como todo prefeito. É um direito meu.

Na última sexta, dia 05, saiu uma decisão impetrada pelo juiz José Jorge do Tribunal de Justiça, que determinou o prazo para que o presidente da Câmara me reempossasse. A posse poderia acontecer em qualquer lugar público, uma praça por exemplo. Mas eu queria ser reempossada no plenário da Câmara, como todo prefeito. É um direito meu. Meu advogado aconselhou tomar posse (na praça) e despachar em uma casa alugada, já que só precisava ter acesso ao sistema bancário, o que poderia ser feito pela internet. Mas eu queria entrar nos prédios públicos, pois, fui eleita pelo voto do povo e volto à prefeitura atendendo o clamor do povo. Solicitei que fizesse o pedido judicial e se ele fosse negado, eu iria recorrer. Meu advogado então levou pedido formalizado ao juiz federal José Magno, para que eu pudesse voltar a entrar nos prédios e ser empossada no plenário. Os poderes legislativo, judiciário e executivo não podem se chocar. Se o juiz negasse meu pedido, ele estaria rasgando a Constituição.



**BURITI**.....

# Mantida prisão contra Neném Mourão

O ex-prefeito do município de Buriti (MA), Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, o Neném Mourão, teve seu pedido de habeas corpus negado no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do ministro Luís Roberto Barroso manteve a prisão preventiva decretada contra o ex-prefeito.

Denunciado pela suposta prática de crimes de responsabilidade (artigo 1º, I e V, do Decreto-Lei 201/1967 em conjunto com o artigo 69 do Código Penal) e por crime contra a Lei de Licitações (artigo 89 da Lei 8.666/1993 combinado com o artigo 71 do Código Penal), quando ocupava o cargo de prefeito, Neném Mourão teve prisão preventiva decretada para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. O ex-prefeito alega a inexistência dos requisitos necessários à decretação da cautelar. Segundo a impetração, a prisão teria sido

decretada apenas porque ele deixou de apresentar a defesa preliminar nos autos principais.

Ao negar seguimento ao pedido, o ministro Barroso observou que, do ponto de vista processual, o habeas corpus foi ajuizado em substituição a um agravo regimental contra a decisão do relator, que deveria ter sido impetrado no STJ. O ministro citou precedentes da Primei-

ra Turma do STF no sentido de que, por inadequação da via eleita, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito.

“Com efeito, inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito implicada na impetração”, salientou o relator.

O ministro destacou ain-



Com efeito, inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração

**Luís Roberto Barroso,**  
ministro do STF

da não ser caso da concessão de ofício, pois a jurisprudência do STF é de que a possibilidade concreta de reiteração delitiva constitui fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública. O ministro anotou que, ao decretar a prisão preventiva do ex-prefeito, o juízo de origem apontou indicativos de que o réu seria “afeichoado à prática de delitos” e listou na fundamentação da cautelar 10 ações penais respondidas por ele, todas em andamento, mas sem a conclusão da instrução criminal.

“De modo que não vejo teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a dupla supressão de instâncias requerida pela defesa. A recomendar, portanto, que se aguarde o pronunciamento de mérito dos órgãos judicantes competentes”, concluiu o ministro ao negar seguimento ao habeas.



## Ministra Cármen Lúcia no Maranhão

A V Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa será aberta oficialmente no Maranhão pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia (foto), idealizadora da campanha. O evento será realizado na próxima segunda-feira (15), às 12h30, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na tarde do mesmo dia, está prevista a visita da ministra à Casa da Mulher Brasileira, Av. Carlos Cunha, Jaracati, que deverá ser inaugurada até o fim de agosto. Na oportunidade, serão lançados o Requerimento Eletrônico de Medidas Protetivas de Urgência, com assinatura do Termo de Cooperação Técnica sobre o assunto, e o Banco de Dados de Violência Doméstica do Maranhão.

# 446 presos passarão Dia dos Pais em casa

Medida judicial que beneficia internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas foi assinada pela juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital divide opiniões

**A** Justiça do Maranhão autorizou a saída temporária de detentos do sistema prisional de São Luís para o Dia dos Pais. Desta vez, são 446 presos beneficiados com a medida. Desde as 10h desta quarta-feira (10), começaram a deixar a prisão, com o retorno previsto até as 18h do próximo dia 16.

A autorização para a saída no Dia dos Pais é objeto de portaria assinada pela juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Embora seja um direito dos presos, é muito difícil encontrar alguém que seja a favor da medida em São Luís. No principal corredor comercial da cidade, ouvimos opiniões unânimes contrárias à medida judicial. A executiva de vendas Lívia Pereira afirma que “pode ser uma baita de uma ignorância minha, mas acho que quem comete crime deve pagar sem regalias. Soltar presos é uma maneira de esvaziar as celas de maneira legalizada”, completou com indignação. Para o DJ Gilberto Soares, os presos vão aproveitar para cometer crimes. “Quem quisesse ver filhos ou pai deveria pensar duas vezes antes de cometer atos criminosos. Deveriam mesmo é continuar distantes da sociedade, cumprindo sua pena”, finalizou.

Apesar da forte rejeição da sociedade, o benefício da saída temporária é um direito previsto em lei. Os apenados contemplados preenchem os requisitos dos artigos 122 e 123 da Lei de Execução Penal.



**O benefício da saída temporária aos internos das penitenciárias no Brasil é um direito previsto em Lei**

## Entenda a lei

São cinco as saídas temporárias às quais os presos que cumprem pena em regime semiaberto têm direito durante o ano (Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal). Ao ser contemplado com o benefício, o apenado assina um termo de compromisso onde constam as exigências a ser cumpridas durante o período da saída, entre as quais as de não frequentar bares, casas noturnas e similares, recolher-se à residência até às 20h e não portar armas. Somente este ano, nas saídas temporárias da Páscoa e das Mães, ao todo 82 detentos não voltaram aos presídios de São Luís, sendo considerados, portanto, foragidos pela Justiça.



**detentos não voltaram aos presídios de São Luís, somente este ano, nas saídas temporárias da Páscoa e Dia das Mães**



## Exposição Fotográfica 1

Aberta nesta quarta-feira (10) a III Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, promovida pelo Fórum Des. Sarney Costa – Calhau -, com obras de cinco fotógrafos profissionais e amadores, além de fotografias de São Luís do início do século XX, captadas pelas lentes de profissionais da época.

## Exposição Fotográfica 2

No local, o público pode conhecer também o livro *Pregoeiros & Casarões*, do professor e pesquisador Antônio Guimarães de Oliveira, com imagens e fatos históricos da cena ludovicense nos anos de 1950 até 1979. A exposição fica aberta ao público na Galeria Celso Antônio de Menezes (hall do fórum) até o dia 30 deste mês. Em cartaz as obras dos fotógrafos Alexandre Braule, Julia Manayra, Marcelo Lord, Tetê Gandolfi e Herandy Gracez.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 50/2016 - Processo nº 25.203/2016**

**Objeto:** Aquisição de suprimentos de impressão (cartuchos/toner's/kits fotocondutores); **Abertura:** 25/08/2016, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** [divcontratos@tjma.jus.br](mailto:divcontratos@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 09 de agosto de 2016. **André de Sousa Moreno** - Pregoeiro.

---

## Corregedora visita comarcas de Icatu, Morros e Rosário

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, iniciou nesta segunda-feira (8), trabalho itinerante de visitas a comarcas do interior do estado, cumprindo ação prevista no Plano de Gestão para melhoria da Justiça de 1º Grau, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual. As primeiras comarcas visitadas pela corregedora foram Icatu, Morros e Rosário, onde foram avaliados itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores. Acompanhada da juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e do diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, a corregedora Anildes Cruz conversou com o juiz titular de Icatu, Karlos

Alberto Mota, que também está respondendo pela comarca de Morros. O magistrado apresentou um acervo de 3.503 processos, dos quais 2.564 em tramitação, 1.477 arquivados e 422 conclusos. Karlos Alberto expôs as rotinas do fórum, ressaltando as boas condições de trabalho, com quadro satisfatório de servidores, mas necessitando de analista judicial. A corregedora chamou atenção para cumprimento das rotinas de alimentação do sistema Themis, para aferição de produtividade, cujos dados são utilizados para promoção e remoção de magistrados. No fórum de Morros, a corregedora foi recebida pelo secretário judicial da comarca, Emanuel Botelho. Nesta unidade a corregedora detectou alguns problemas estruturais no piso, luminárias, falhas elétricas, dentre outros. Diante da situação, Anildes Cruz

determinou a produção de relatório e posterior envio ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha. O principal problema da comarca é a falta de juiz titular para atuar no acervo de 3.171 processos. Apesar disso, o magistrado que responde realizou, entre outros, o julgamento de 10 ações civis públicas ao longo do primeiro semestre deste ano. Em Rosário, a comitiva da Corregedoria foi recebida pelos juízes titulares Karine Castro (1ª Vara) e José Augusto Sá Leite (2ª Vara). Na unidade tramitam 4.262 processos, dos quais 2.174 na 1ª Vara e 2.088 na 2ª Vara. Os juízes apresentaram a estrutura predial do fórum, apontaram as reformas necessárias em razão de infiltrações e solicitaram equipamentos de informática para a melhoria dos trabalhos judiciais, dentre outras reivindicações.

---

- A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, iniciou nesta segunda-feira (8), trabalho itinerante de visitas a comarcas do interior do estado, cumprindo ação prevista no Plano de Gestão para melhoria da Justiça de 1º Grau, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual. As primeiras comarcas visitadas pela corregedora foram Icatu, Morros e Rosário, onde foram avaliados itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores.

## **“Manobra sorrateira”**

O retorno da prefeita Lidianne Silva ao cargo, em Bom Jardim, provocou reações em Brasília. O deputado federal João Marcelo Souza (PMDB-MA) usou a tribuna da Câmara dos Deputados, terça-feira (9), para protestar contra o que chamou de “manobra política sorrateira”. João Marcelo disse que merece ser repudiada a atitude de vereadores e do presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim, que reconduziram ao cargo a prefeita afastada por denúncia de corrupção e fraudes em licitações.

Com discurso na tribuna, João Marcelo frisou que a volta da ex-prefeita Lidianne ao cargo surpreendeu a todos, pois se trata de uma armação política que envergonha a todos:

“Esse episódio veio desonrar a todos os maranhenses e brasileiros, que não suportam mais a corrupção. Como essa prefeita que foi denunciada por desviar 15 milhões do município, pode voltar a comandar Bom Jardim? Ela foi criticada pela imprensa nacional e internacional, e agora volta ao cargo graças a vereadores irresponsáveis e propineiros, que não respeitaram a prefeita em exercício, uma gestora séria que é Malrinete Gralhada”, denunciou o deputado.

---

### **Desce**

O ex-prefeito do município de Nova Iorque, Carlos Gustavo Ribeiro Guimarães, foi condenado pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão por ato de improbidade administrativa. A denúncia aponta que o ex-gestor, no exercício do cargo, omitiu em providenciar transporte escolar adequado no município, além de irregularidades na licitação que contratou serviços de terceiros.

# Ex-prefeito de Nova Iorque é condenado por improbidade

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão mantiveram condenação do juízo de Pastos Bons contra ex-prefeito do município de Nova Iorque, Carlos Gustavo Ribeiro Guimarães, por ato de improbidade administrativa. Ele foi condenado à perda da função pública, à suspensão dos direitos políticos por três anos e ao pagamento de multa civil no valor equivalente a 12 vezes subsídio do cargo de prefeito. O ex-prefeito foi condenado em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPMA), atribuindo-lhe atos de improbidade no exercício

do cargo de prefeito de Nova Iorque referentes à omissão em providenciar transporte escolar adequado no município e irregularidades na licitação que contratou serviços de terceiro. Segundo informações do processo, o município possui sete escolas na zona rural, nas quais estão matriculados cerca de 400 alunos que dependem do transporte escolar. O transporte oferecido seria precário, em veículos do tipo caminhonete e caminhões, com bancos de madeira e cobertura instalados na carroceria, sem cintos de segurança e em desconformidade com o Código Brasileiro de Trânsito.

O ex-gestor recorreu da sentença, alegando nulidades processuais e inexistência de ato ímprobo, pois seria impossível o cumprimento de acordo firmado pelo prefeito anterior para regularização do transporte escolar, por insuficiência de recursos. Alegou ainda que o transporte dos alunos da zona rural estaria sendo fornecido dentro das possibilidades econômicas do município. A relatora do recurso, desembargadora Ângela Salazar, reiterou o entendimento da sentença do juiz Silvio Alves Nascimento, que considerou presente o ato de improbidade administrativa por

descumprimento de sentença judicial - que homologou acordo no qual o município se comprometeu a adquirir veículos para o transporte escolar. O prefeito não cumpriu o acordo, alegando falta de recursos financeiros. “A omissão do Réu preservou a precariedade da estrutura do transporte público municipal oferecido aos alunos necessitados, notadamente aos da zona rural”, avaliou o juiz na sentença. A desembargadora manteve ainda a condenação ao pagamento de multa civil, considerando que o patamar fixado foi razoável e proporcional à gravidade dos atos.

## Abertura magna

\*\*\*O IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia com o tema "Democracia, Justiça e o Código de Processo Civil: Os Desafios da Pós-modernidade no Contexto Ibero-Americano", foi aberto na noite de terça-feira (09) com a palestra magna "Os Impactos da Reforma do Código de Processo Civil para a Advocacia", proferida pelo desembargador Paulo Velten, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP.

\*\*\*Na foto, o anfitrião do evento e presidente d OAB-MA, Thiago Diaz, o palestrante da noite, desembargador Paulo Velten e o presidente do Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública, Sérgio Tamer.



- Hoje, 11 de agosto, não haverá expediente na secretaria do Tribunal de Justiça, Fóruns e Cartórios Eleitorais da capital e do interior do Estado em virtude do feriado alusivo ao Dia da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil e Dia do Advogado. As atividades retornam à normalidade amanhã.

# Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia acontece em São Luís

Divulgação

O governo do Estado, por meio do Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, participou da solenidade de abertura, na noite de terça-feira (9), do IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, em São Luís. O evento, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (seccional Maranhão), prossegue até esta quinta-feira (11), e faz parte da programação do Dia do Advogado (11 de agosto).

Integrante da mesa de abertura do Congresso, Rodrigo Maia ressaltou a importância da advocacia para a manutenção do estado democrático de direito e, também, para a realização de iniciativas como o Congresso, que incentivam a qualificação do profissional. “É importante a atuação do advogado para que as garantias constitucionais sejam asseguradas”, enfatizou.

Com o tema “Democracia, Justiça e o Código de Processo Civil: Os Desafios da Pós-modernidade no Contexto Ibero-Americano”, o Congresso foi aberto com a presença de diversas autoridades. A palestra magna de abertura, “Os impactos da reforma do Código de Processo Civil para a Advocacia”, foi proferida pelo desembargador Paulo Velten, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP. Um grande



Solenidade de abertura do Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia

público lotou um dos salões do Hotel Luzeiros para participar da atividade.

A OAB-MA organizou uma programação variada em comemoração ao mês do advogado, direcionada para a qualificação, valorização e entretenimento do advogado por meio de suas diversas comissões e de suas Subseções. Entre as ações destaque para o Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, uma campanha de doação de sangue, orientação sobre a Lei Maria da Penha, entre outras atividades.

## DIÁLOGO

A OAB-MA e o governo do Estado estão mantendo o diálogo para tratar de questões

relacionadas aos advogados, entre as quais, a questão dos precatórios e também o pagamento dos advogados dativos. Várias reuniões já foram realizadas e a PGE apresentou os principais entraves para liberação do pagamento dos advogados dativos, com destaque para a falta de uma certidão negativa comprovando que o crédito decorrente dos honorários dos advogados não está sendo objetos de uma execução na esfera judicial, já que existe uma dificuldade muito grande em obter esta informação junto ao Poder Judiciário.

“O Estado tem interesse em efetuar este pagamento, em virtude do compromisso firmado pelo Governador do Estado junto ao

presidente do Conselho Federal da Ordem, Claudio Lamachia. Não queremos chegar ao fim do ano sem uma solução para este problema”, afirmou Rodrigo Maia. “Fico satisfeito em constatar o interesse do governo do Estado em dar prosseguimento a esse tema de conteúdo relevante e de interesse, não só da Advocacia, mas, também, de toda sociedade”, disse o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz. Ele ressaltou a importância na divulgação pelo Governo dos pagamentos efetuados. “É relevante que o Governo divulgue os números dos pagamentos de precatórios e advogados dativos. Mostrar à advocacia e ao cidadão que esses pagamentos estão andando, implicará em tranquilidade a todos”, ressaltou.